

01/09/2020 – XXXX 2001

PERGUNTA:

Com os cumprimentos.

Solicito muito respeitosamente, de acordo com os prazos da Lei Nº 12.527, venho por meio deste, requerer:

1. Quantitativo servidores municipais aguardando para realizar cirurgia bariátrica pelo IPAM SAÚDE;
2. Lista por ordem de atendimento, com nomes dos beneficiários em ordem cronológica.

Ressalvo amparo legal, sob a referida lei, no Art. 3º que assegura o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública.

Sem mais, deixo meus votos de estima e consideração.

RESPOSTA:

segue em anexo a resposta solicitada

03/09/2020 - XXXX 2048

PERGUNTA:

Com os cordiais cumprimentos, segue em anexo a solicitação de informações.

RESPOSTA:

Em atenção a manifestação registrada em nosso sistema, encaminhamos sua demanda para o GABINETE/SEMUSA, para adoção das medidas cabíveis.
Agradecemos a sua manifestação como contribuição para o aperfeiçoamento contínuo do Sistema Único de Saúde – SUS e nos colocamos à inteira disposição.

Atenciosamente.
Ouvidoria do SUS – PVH

04/09/2020 – XXXX 2072

PERGUNTA:

Estou fazendo um levantamento sobre a arrecadação do estacionamento rotativo (Zona Azul) referente aos anos de 2017, 2018 e 2019 na capital Porto Velho. Para isso fiz uma busca no portal da transparência, mas não encontrei especificamente estes dados da receita/arrecadação nos anos especificados. Gostaria de saber se estes estão disponíveis para consulta, e qual é a melhor maneira de encontrá-los. Desde já, peço desculpas caso essa informação esteja no portal da transparência e eu não tenha encontrado. Agradeço a atenção, e aguardo retorno!

RESPOSTA:

A secretaria que pode responder as perguntas do contribuinte é a SEMTRAM E SEMFAZ.

04/09/2020 - XXXX 2017

PERGUNTA:

Solicito informações sobre o processo de aposentadoria da servidora XXXX

RESPOSTA:

Bom XXXX!

Informamos que para obter informação sobre o Processo de aposentadoria da servidora XXXX peço que Vossa Senhoria, entre em contato com o setor de Consulta Processual pelo e-mail:

dgp.semad@portovelho.ro.gov.br ou pelo contato telefônico abaixo
telefone : (69)3901-3067

agradecemos a compreensão

XXXX

04/09/2020 – XXXX 2061

PERGUNTA:

Solicito informações sobre a instalação da faixa de pedestre na Avenida José Vieira Caúla, no trecho situado entre as ruas Roberto de Souza e Equador.

RESPOSTA:

Boa tarde,

Segue em anexo resposta do setor competente

Dados do Recurso de 1ª Instância

O anexo contendo a resposta não foi enviado.

09/09/2020 – XXXX 2014

PERGUNTA:

A rua Pedro Albeniz, entre as ruas Andréia e Daniela está repleta de buracos no asfalto, com muito acúmulo de água mesmo ainda não estando na época chuvosa. solicito informações sobre a possibilidade de operação "tapa buracos" neste trecho, haja vista que esta operação esteve aqui pela região, tampando vários buracos, inclusive na mesma rua, mas não passou por este trecho.

RESPOSTA:

Com cordiais cumprimentos vimos por meio deste informar que o trecho citado foi incluído na programação de tapa buraco desta subsecretaria, que está engajada em atender o quanto antes possível esta solicitação, pois, existe uma grande demanda nas várias ruas dos diversos bairros da nossa Capital.

Desde Já agradecemos a compreensão e a colaboração e nos colocamos a disposição pra quaisquer dúvidas e esclarecimentos.

Subsecretaria de Obras e Pavimentação - SUOP
Departamento de Obras Rodoviárias - DOR.

13/09/2020 – XXXX 2051

PERGUNTA:

1. Do que trata e como funciona o Programa Municipal de Regularização Fundiária de acordo com a Lei nº 2.470, de 14 de Dezembro de 2017 - Plano Plurianual - PPA 2018-2021 ?
2. Do que trata e como funciona o Programa Municipal Morar Melhor de acordo com a Lei nº 2.470, de 14 de Dezembro de 2017 - Plano Plurianual - PPA 2018-2021 ?
3. Como a secretaria avalia o resultado dos programas?
4. Quais eram os números de lotes regulares antes dos programas?
5. Quais são os números de lotes regulares após os programas?
6. Quais eram os números de lotes irregulares antes dos programas?
7. Quais são os números de lotes irregulares após os programas?
8. Qual o perfil dos lotes regularizados (tamanho, localização, região geográfica, perfil econômico dos beneficiados)?
9. Houve aumento da arrecadação municipal em função da regularização?
10. Quanto em números absolutos?
11. Quanto em termos percentuais?
12. Do que trata e como funciona o programa intitulado como "Regularizar é Progresso" de forma que não encontrei no PPA, IDO E LOA?

RESPOSTA:

Devido problemas de saúde de grande parte dos servidores do Departamento de Regularização Fundiária desta SEMUR, não tem como responder as questões acima no momento. Portanto, informamos que dentro de 90 (noventa) dias será publicado neste site todas as respostas das perguntas acima

18/09/2020 – XXXX 2003

PERGUNTA:

Prezados Srs.(as),

Em conformidade com o disposto no art. 5º, XXXIII, da CF/88 e no art. 10 da Lei Federal nº 12.527/2011, gostaria de solicitar os seguintes esclarecimentos a respeito da legislação municipal aplicável aos serviços de entrega (delivery) de alimentos e pequenas cargas no Município de Porto Velho.

1. Qual a regulação municipal (ex. Leis, Decretos, portarias) aplicável aos serviços de entrega de alimentos (delivery) e pequenas cargas? Pedimos disponibilizar acesso ao(s) documento(s).
2. Quais as regras aplicáveis aos serviços de entrega por meio de aplicativo (ex. Leis, Decretos, portarias)? Pedimos disponibilizar acesso ao(s) documento(s).
3. Para além da Lei nº 699/2017, outros atos normativos, incluindo portarias e resoluções, foram editados pelo Município para disciplinar o serviço de entrega domiciliar por motocicleta ou bicicleta? Em caso positivo, pedimos disponibilizar acesso ao documento.
4. A Lei nº 699/2017 encontra-se regulamentada (ex. por meio de Decreto ou Portarias)? Em caso

positivo, pedimos disponibilizar acesso ao documento.

5. A Lei nº 699/2017 encontra-se vigente? Foi alterada por algum ato posterior? Em caso positivo, pedimos disponibilizar acesso ao documento.

Atenciosamente.

RESPOSTA:

Boa tarde,

Devido alguns problemas quanto a digitalização do anexo, informo que a resposta ao questionamento será encaminhada para o e-mail: XXXX, na data de 14.10.2020 até as 10hrs.

Considerando o imprevisto pedimos desculpas pelo transtorno.

19/09/2020 – XXXX 2040

PERGUNTA:

Bom dia servidores da SEMUSA,

gostaria de saber como proceder para conseguir uma consulta com a XXXX, CRM - RO XXXX, Clínica médica /reumatologia, para a paciente sra. XXXX, cpf nº: XXXX, pois sou procurador dessa e a mesma está a tentar receber o Benefício de Prestação Continuada (BPC) da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e a supracitada doutora já acompanhou a mesma e portanto sabe de suas enfermidades e poderá solicitar exames certos se necessários e fazer um laudo médico atualizado constando a situação de saúde da mesma frente a sua afetação a saúde de artrite reumatóide.

Anexo o laudo para ciência emitido pela supracitada Dra e o laudo do perito judicial que não teve condições de reconhecer a artrite reumatóide por não acompanhar a paciente, solicitando que haja acompanhamento da mesma para reconhecimento da doença artrite reumatóide.

Dados do processo:

Número: XXXX

Classe: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Órgão julgador: 4ª Vara Federal de Juizado Especial Cível da SJRO

Informa-se que apesar do laudo transcrito pela médica constar atuação dessa na SESAU, em contato com essa foi informado que a médica agora atende no âmbito da SEMUSA.

Por favor, para garantir os direitos da cidadã é essencial esse laudo médico atualizado.

RESPOSTA:

Em atenção a manifestação registrada em nosso sistema, disponibilizamos a resposta do setor competente, através do expediente abaixo e em anexo.

Memo. nºXXXX/2020/SEMUSA

De: Departamento de Regulção Avaliação e Controle/SEMUSA

Para: Ouvidoria/SEMUSA.

Agradecemos a sua manifestação como contribuição para o aperfeiçoamento contínuo do Sistema Único de Saúde – SUS e nos colocamos à inteira disposição.

Atenciosamente.

Ouvidoria do SUS – PVH

21/09/2020 – XXXX 2094

PERGUNTA:

Boa tarde gostaria de saber sobre uma tramitação dos resíduos salariais do ex servidor falecido, matricula N XXXX

RESPOSTA:

Bom Dia, XXXX !

Em atenção a solicitação de informação via e-sic relacionada, acerca do ex-servidor XXXX o qual trata-se, de resíduos salarias. Informamos que o processo de nº 0XXX000 está no setor DICAS/DGP/SEMAD em fase de procedimentos de praxe desta Secretaria.

Outrossim, informamos que após o feito será encaminhado o presente expediente a Divisão de Folha de Pagamento, para atendimento que o caso requer.

Pedimos a compreensão, pois os procedimentos estão sendo feitos com a maior brevidade possível.

maiores informações peço que entre em contato abaixo:

dicas.semad@portovelho.ro.gov.br

telefone:(69) 3901-3067/98473-8546

atenciosamente,

XXXX

21/09/2020 – XXXX 2039

PERGUNTA:

Olá, boa tarde!

1. O município possui política específica para transparência? Se sim, solicito link para a legislação

ou instrumento; 2. O município possui política específica para participação social? Se sim, solicito link para a legislação ou instrumento; 3. O município possui política específica para controle social? Se sim, solicito link para a legislação ou instrumento; 4. O município possui conselho de transparência? Se sim, solicito link para a legislação ou instrumento que o instituiu; 5. O município possui política específica para governo aberto? Se sim, solicito link para a legislação ou instrumento. Obrigada.

RESPOSTA:

Respostas às 5 (cinco) perguntas enviadas pela consultante pelo E-sic.

Resposta à pergunta 1

Lei de Acesso à Informação – LAI nº 12.527/2011, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 14.565/2011.

Resposta à pergunta 2

Sim. Audiências públicas para elaboração da LOA e LDO, Ouvidoria e Conselhos com a participação de membros da sociedade civil.

Resposta à pergunta 3

Sim. O próprio Portal da Transparência e o comitê integrado de governança e transparência.

Resposta à pergunta 4

Sim. Responsáveis pela manutenção do Portal da Transparência: SGG, CMTI e CGM, conforme §§ 4º e 5º. Art. 7º, Decreto 14.565/2017.

Resposta à pergunta 5

Sim.

- Comitê Integrado de Governança e Transparência, instituído pelo Decreto nº 15.261 de 15.06.2018.

<https://transparencia.portovelho.ro.gov.br/covid19/comite>

- Conselhos com a participação de membros da sociedade civil

<https://sempog.portovelho.ro.gov.br/artigo/2064/fundos-e-conselhos-do-municipio-de-porto-velho>.

23/09/2020 – XXXX 2083

PERGUNTA:

Prezados,

Há um decreto ou uma lei que regulamenta as atividades do Arquivo Municipal? Se sim, podem me enviar?

Há um programa de gestão de documentos no município de Porto Velho?

O Arquivo Municipal possui um site próprio?

Há arquivistas na Prefeitura de Porto Velho?

Desde já agradeço.

Atenciosamente,

RESPOSTA:

Bom dia,

Conforme a solicitação constante no Protocolo nº 0007500017920XXXX, informamos que até a presente data foram localizados os seguintes atos relacionados a atividade do arquivo municipal:

Lei nº 2.110, de 11 de dezembro de 2013, que "dispõe sobre a utilização de programas abertos de informática, pela administração pública municipal de Porto velho, bem como sobre a adoção de formatos abertos de arquivos para a criação, armazenamento e disponibilização digital de documentos no âmbito do Poder Público Municipal e entidades a ele ligadas, e dá outras providências.

Decreto nº 13.682, de 04 de novembro de 2014, que regulamenta a Lei 2.110/2013.

Ademais, o Sistema de Apoio ao Processo Legislativo - SAPL, atual plataforma de disponibilização de legislação municipal (projetos, leis e decretos), tem sido atualizado diariamente e progressivamente, colaborando para otimizar o acesso a informação. Todavia, insta destacar que atos municipais antigos, ainda estão sendo escaneados, categorizados e por essa razão possivelmente não constem no site.

Atenciosamente,

XXXX

Gerente da Divisão Legislativa
Secretaria Geral de Governo

[Recurso de 1ª Instância](#)

Prezados,

agradeço pelo retorno, mas, reitero os meus questionamentos.

Os dispositivos legais mencionados, na resposta via e-Sic, podem ser enviados?

Há um programa de gestão de documentos no município de Porto Velho?

O Arquivo Municipal possui um site próprio?

Há arquivistas na Prefeitura de Porto Velho?

25/09/2020 – XXXX 2016

PERGUNTA:

Solicito acesso ao número de casos de dengue, Zika e chikungunya de 2015 a 2020, por semana epidemiológica, do município de Porto Velho para pesquisa científica.

RESPOSTA:

Em atenção a manifestação registrada em nosso sistema, disponibilizamos a resposta do setor competente, através do expediente abaixo e em anexo.

Memo. nº XXX/2020/SEMUSA
De: NUGEP/SEMUSA
Para: Ouvidoria/SEMUSA.

Agradecemos a sua manifestação como contribuição para o aperfeiçoamento contínuo do Sistema Único de Saúde – SUS e nos colocamos à inteira disposição.

Atenciosamente.
Ouvidoria do SUS – PVH

[25/09/2020](#) - XXXX 2052

PERGUNTA:

Prezados, boa tarde! Por gentileza, como posso conseguir informações sobre o cadastro do CNES no município? Pois o número da Semusa disponível no site não atende.

RESPOSTA:

Senhora XXXX favor solicitar via e-mail XXXX@gmail.com as informações pode ser obtidas através do site: XXXXX.datasus.gov.br

[27/09/2020](#) – XXXX 2005

PERGUNTA:

Para fins de pesquisa com o objetivo de traçar um panorama sobre a gestão de programas e ações de práticas corporais e atividades físicas (PCAF) no Sistema Único de Saúde, solicito as informações abaixo:

Em qual estrutura organizacional está a gestão de programas e ações de PCAF, por exemplo, o programa Academia da Saúde (e outros se existirem em âmbito municipal)?

Qual foi o orçamento anual (recursos municipais) desta área em 2018, 2019 e 2020 previsto e efetivamente gasto (empenhado e liquidado)?

Não havendo área específica como uma coordenação ou gerência e estando em áreas como Promoção da Saúde, Alimentação e Nutrição, etc, há dotação específica para os programas e ações de PCAF?

Informe por favor a fonte das informações para posterior acompanhamento.
Em anexo o parecer de dispensa de análise ética emitido pelo CEP da Ensp/Fiocruz.

Desde já agradecemos a atenção e contribuição

RESPOSTA:

Em atenção a manifestação registrada em nosso sistema, disponibilizamos a resposta do setor competente, através do expediente abaixo e em anexo.

Memo. nº XXX2020/SEMUSA
De: Departamento de Atenção Básica/SEMUSA
Para: Ouvidoria/SEMUSA.

Agradecemos a sua manifestação como contribuição para o aperfeiçoamento contínuo do Sistema Único de Saúde – SUS e nos colocamos à inteira disposição.

Atenciosamente.
Ouvidoria do SUS – PVH

28/09/2020 – XXXX 2041

PERGUNTA:

Sou pesquisadora em História da Educação e preciso ter acesso a documentos que se encontram nos arquivos da Secretaria Municipal de Educação e que tratam da educação no território Federal do Guaporé e Rondônia (1943-1981). Os documentos requisitados são: decretos, resoluções, escolas, formação de professores e outros escritos e iconográficos que mencionam a região e as políticas educacionais no período em destaque, O motivo da procura se deve à elaboração de uma tese de doutorado em andamento. Desde já agradeço pela atenção.

RESPOSTA:

Bom dia. Em resposta à sua solicitação, informamos que esta foi encaminhada ao setor competente desta Secretaria e que, em pesquisa realizada em nossos arquivos, nada foi encontrado a respeito do assunto solicitado, constando apenas decretos, resoluções e outros documentos referentes à atualidade.

Sugerimos que, por serem documentos referentes ao Ex.-Território, entre em contato com a Coordenadoria Estadual de Educação – CRE, situada na Rua Duque de Castilho, nº 500, Fone 3216-

5320, bem como a Biblioteca Municipal Francisco Meireles, na Rua Dom Pedro II, nº 826, Centro, Fone 3901-3030 (XXXX 99604-XXXX/ 99387-XXXX – Diretora). Vale lembrar que, com relação à Biblioteca, devido à pandemia, estão suspensos os atendimentos externos e ao público (art. 5º da Portaria nºXXX/ASTEC/SEMED – DOMER nº 2816, de 13.10.2020), alguns servidores em home office, porém, o Grupo de Gestores das Bibliotecas já está efetuando estudo para averiguar de que forma poderá atender as pessoas que comprovadamente estejam fazendo algum trabalho de pesquisa, e que esse material seja exclusivo e só encontrado nas bibliotecas públicas. Caso haja necessidade de documento de autorização para pesquisa na Biblioteca, estaremos à disposição para fornecê-lo (Gabinete/SEMED – 3901-3347), bem como para esclarecimentos necessários

28/09/2020 – XXXXX 2096

PERGUNTA:

CONTRATOS VIGENTES DE FORNECIMENTO DE ALIMENTOS PARA A MATERNIDADE MUNICIPAL E UPA'S DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

RESPOSTA:

Senhor XXXX, informamos que os contratos vigentes de fornecimento de alimentos encontram-se no Departamento Administrativo na Secretaria Municipal de Saúde (SEMUSA). Tais contratos podem ser consultados mediante agendamento anterior através do telefone: 3901-2950 ou e-mail dasemusa@hotmail.com

Atenciosamente.
Ouvidoria do SUS – PVH

05/10/2020 – XXXX 2031

PERGUNTA:

1. Entre os anos de 2017 e 2020, a prefeitura de Porto Velho contratou ou financiou serviços privados de acolhimento residencial permanente ou provisório para pessoas que fazem uso problemático ou são dependentes de drogas psicoativas?
2. Entre os anos de 2017 e 2020, a prefeitura de Porto Velho apoiou ou financiou direta ou indiretamente – por meio de fornecimento de material, de transporte, de recursos humanos, formação ou qualquer outro tipo – entidades privadas com ou sem fins lucrativos que prestam serviço de acolhimento residencial permanente ou provisório para pessoas que fazem uso problemático ou são dependentes de drogas psicoativas?
3. No caso de resposta positiva para um dos casos das perguntas 1, 2 ou 3, quais os valores das despesas empenhadas, liquidadas e pagas e quais as modalidades de licitação para entidades

privadas com ou sem fins lucrativos que prestam serviço de acolhimento residencial permanente ou provisório para pessoas que fazem uso problemático ou são dependentes de drogas psicoativas oferecidos entre os anos de 2017 e 2020?

4. No caso de resposta positiva para um dos casos das perguntas 1, 2 ou 3, de qual(is) órgão(s) e função(ões), sub-funções e programa(s) orçamentário(s) se originaram os recursos empregados para remunerar ou apoiar entidades privadas com ou sem fins lucrativos que prestam serviço de acolhimento residencial permanente ou provisório para pessoas que fazem uso problemático ou são dependentes de drogas psicoativas entre os anos de 2017 e 2020?

5. Solicito a base de dados com registros dos pagamentos realizados entre 2017 e 2020 para entidades privadas com ou sem fins lucrativos que prestam serviço de acolhimento residencial permanente ou provisório para pessoas que fazem uso problemático ou são dependentes de drogas psicoativas, em formato legível por máquina (csv; xls; txt ou similares), contendo as “nome do favorecido”, “CNPJ do favorecido” e valor pago em reais.

RESPOSTA:

Boa Tarde,
embora a demanda trate de orçamento, a competência para efetiva resposta da solicitação supra, é da Secretaria Municipal de Saúde. Com todas as respostas as perguntas aqui elencadas. Inclui-se sobre o que foi gasto ou não

05/10/2020 – XXXX 2020

PERGUNTA:

Estou fazendo um levantamento sobre a arrecadação do estacionamento rotativo (Zona Azul) referente aos anos de 2017, 2018 e 2019 na capital Porto Velho. Para isso fiz uma busca no portal da transparência, mas não encontrei especificamente estes dados da receita/arrecadação nos anos especificados. Gostaria de saber se estes estão disponíveis para consulta, e qual é a melhor maneira de encontrá-los. Desde já, peço desculpas caso essa informação esteja no portal da transparência e eu não tenha encontrado. Agradeço a atenção, e aguardo retorno!

RESPOSTA:

Prezado XXXX, em resposta a sua solicitação, informamos que seu requerimento foi encaminhado ao gabinete da presidência para análise.

06/10/2020 – XXXX 2074

PERGUNTA:

Qual o tempo médio, atendidos todos os requisitos solicitados pela secretaria, par emissão da LICENÇA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO COM REGULARIZAÇÃO de uma unidade multifamiliar a partir da data de entrada do requerimento?

RESPOSTA:

Não podemos dizer com precisão o tempo exato para conclusão de pedido de Licença, haja vista, que o processo também é analisado pela SEMFAZ. Portanto, não existe um tempo médio a ser informado.

Recurso de 1ª Instância

Mesmo que o processo trâmite em outra secretaria, levando em conta os dados que possuem, verificando a data de entrada e de conclusão do processo, é possível verificar a média. Qual seria essa média? Se não consegue tirar a média, tomando como exemplo um processo qualquer, quantos dias levaram desde a entrada até sua conclusão?

06/10/2020 – XXXX 2019

PERGUNTA:

Boa noite.

Entro em contato para solicitar algumas informações relacionadas às ações de integridade da instituição conforme documento a seguir.

Atenciosamente,

RESPOSTA:

Boa noite.

Entro em contato para solicitar algumas informações relacionadas às ações de integridade da instituição conforme documento a seguir.

Atenciosamente,

XXXX

08/10/2020 – XXXX 2043

PERGUNTA:

COMO SOLICITAR LICENÇA AMBIENTAL PARA A EMPRESA NO CNPJ
08.XXX.088/XXX-02

RESPOSTA:

Bom dia o sistema de licenciamento da Secretaria de Meio ambiente hoje em dia esta todo em meio Online no site <https://sema.portovelho.ro.gov.br/>. Voce devera realizar seu cadastro técnico, aguardar a liberação e posteriormente cadastrar o processo com os dados da empresa. Qualquer duvida o protocolo poderá te ajudar neste numero 3229-1607

15/10/2020 – XXXX 2098

PERGUNTA:

Prezados

Venho por meio deste solicitar informações referentes ao NÃO pagamento dos 40% de INSALUBRIDADE EMERGENCIAL prevista para pagamento do mês 06 ao 08 do ano de 2020, ou até a duração do período de PANDEMIA.

Esclareço que sou servidora lotada no Departamento de Atenção Básica da Secretaria Municipal de Saúde, mais precisamente na Divisão de Serviço Social, com a matrícula 272831, no cargo de assistente social.

Advirta-se ainda que no Portal do Servidor, na Aba ASSENTAMENTOS encontra-se o ofício nº.XXXX DRH/DA/GAB/SEMUSA de 16/06/2020 enviado a SEMAD para providência.Em anexo segue, folha de assentamento.

Para concluir solicito o pagamento retroativo nos termos do ofício já citado.

Grata,

XXXX

Assistente Social

Matrícula:XXXX

RESPOSTA:

BOM DIA, XXXX

E atenção a solicitação de informações via E-sic Protocolo nº 0007500019120XXX, informamos que será implantado o adicional de insalubridade no mês de novembro/2020, e pago em complementar a diferença de junho/2020 a agosto.

Informamos que fica a cargo da Procuradoria Geral do Município -PGM, o pagamento referente ao retroativo.

atenciosamente,

XXXX

Assessora técnica

mat.XXXX

16/10/2020 – XXXX 2021

PERGUNTA:

Minha solicitação protocolo 0007500016220XXXX foi repassado para essa secretaria. O prazo de atendimento era 08/10/2020 e até o momento não obtive resposta.

Favor me responderem.

RESPOSTA:

Bom dia em atenção a solicitação de limpeza da Praça mencionada no pedido informamos que o mutirão de limpeza foi efetuado na mesma nos dias 19 e 20 de outubro. Informamos também que esta praça possui um gari fixo para a realização da limpeza, porém o mesmo e do grupo de risco e por conta da pandemia está dispensado de suas atividades laborais
Quanto aos serviços de construção de calçadas (concretagem), informamos que estes são realizados pela SUOP.

20/10/2020 – XXXX 2076

PERGUNTA:

Boa tarde. Por qual razão APENAS algumas escolas possuem vigilantes (terceirizados) no período matutino e vespertino? As escolas que possuem agentes de vigilância escolar não possuem vigilantes no período da manhã e tarde. E é por este motivo que faço tal questionamento. Aguardo retorno. Muito obrigada.

RESPOSTA:

Senhora XXXX, em resposta à sua solicitação, informamos o seguinte:

1- No momento a Secretaria possui 148 postos de vigilância terceirizada, sendo 47 DIURNO e 101 NOTURNO, conforme contrato vigente, para cobrir as necessidades, abaixo especificadas. O critério utilizado para atendimento é a vulnerabilidade do local, onde consta maior índice de furtos.

ZONA DIURNO NOTURNO

LOTE I – ZONA NORTE/OESTE 05 Postos 20 Postos

LOTE II – ZONA LESTE 21 Postos 31 Postos

LOTE III – ZONA SUL 09 Postos 23 Postos

LOTE IV – ZONA RURAL 04 Postos 17 Postos

POSTOS ADMINISTRATIVOS 08 Postos 10 Postos

TOTAL DE POSTOS 47 Postos 101 Postos

148

2- Com relação à lotação de Agente de Vigilância Escolar no âmbito urbano e rural das unidades escolares de Porto Velho, é para atender as unidades que apresentam maior necessidade quanto à vulnerabilidade e levando em consideração o quantitativo de servidores para tal.

Atribuições e/ou função: fazer a vigilância dos prédios públicos, zelando pela sua integridade e executar tarefas compatíveis com as exigências da função, segundo preconiza a Lei Complementar nº 391, de 06.07.2010.

Estaremos à disposição para dirimir dúvidas.

Atenciosamente,

XXXX

21/10/2020 - XXXX 2011

PERGUNTA:

Esta solicitação busca entender como o governo tem utilizado diferentes tecnologias para combater a covid-19. Por isso, com base na Lei de Acesso à Informação, solicito que as seguintes perguntas sejam respondidas:

1. Desde março deste ano até a presente data, o governo tem utilizado recursos de "big data", inteligência artificial, geolocalização, aplicativos, câmeras e/ou algoritmos para monitorar distanciamento social, verificar uso de máscaras, medir a temperatura corporal, fazer rastreamento de contatos e/ou analisar a evolução da covid-19?
2. Em caso afirmativo, quais são as tecnologias e os equipamentos utilizados? Indicar:
 - a. Informações sobre o processo pelo qual o programa foi adquirido ou desenvolvido;
 - b. Informações sobre as auditorias feitas no software e os relatórios correspondentes;
 - c. Estimativa quanto ao número de pessoas afetadas pelo(s) programa(s);
 - d. No caso de software que faz uso de banco de dados, quais bancos de dados o(s) sistema(s) se apoia(m) para operar?
 - e. Qual entidade ou entidades gera esses dados? Como os dados são gerados?
 - f. Os dados são públicos? Estão disponíveis em algum portal de dados ministerial ou nacional? Nesse caso, solicita-se que o link seja compartilhado.
3. Quais são as finalidades específicas de cada uma das tecnologias e dos equipamentos usados?
4. No caso do uso de câmeras equipadas com alguma das tecnologias mencionadas na questão 1, onde elas estão instaladas (em quais pontos da cidade – detalhar o local)?
5. Quais unidades do governo usam esses recursos tecnológicos para orientar ações de combate à covid-19? Solicita-se anexar a documentação correspondente a cada uma delas, incluindo as especificações dos softwares/equipamentos utilizados, nome legal e CNPJ de cada uma das empresas privadas e/ou órgãos públicos que fornecem os softwares e os equipamentos pelos quais os algoritmos são executados, bem como os contratos correspondentes e as documentações que formalizaram os processos de aquisição.

RESPOSTA:

Boa tarde!

Encaminhamos em anexo resposta da solicitação do Protocolo nº 0007500019620XXXX.

Atenciosamente,

XXXX

Respondente

PERGUNTA:

Esta solicitação busca entender como o governo tem utilizado diferentes tecnologias para combater a covid-19. Por isso, com base na Lei de Acesso à Informação, solicito que as seguintes perguntas sejam respondidas:

1. Desde março deste ano até a presente data, o governo tem utilizado recursos de "big data", inteligência artificial, geolocalização, aplicativos, câmeras e/ou algoritmos para monitorar distanciamento social, verificar uso de máscaras, medir a temperatura corporal, fazer rastreamento de contatos e/ou analisar a evolução da covid-19?
2. Em caso afirmativo, quais são as tecnologias e os equipamentos utilizados? Indicar:
 - a. Informações sobre o processo pelo qual o programa foi adquirido ou desenvolvido;
 - b. Informações sobre as auditorias feitas no software e os relatórios correspondentes;
 - c. Estimativa quanto ao número de pessoas afetadas pelo(s) programa(s);
 - d. No caso de software que faz uso de banco de dados, quais bancos de dados o(s) sistema(s) se apoia(m) para operar?
 - e. Qual entidade ou entidades gera esses dados? Como os dados são gerados?
 - f. Os dados são públicos? Estão disponíveis em algum portal de dados ministerial ou nacional? Nesse caso, solicita-se que o link seja compartilhado.
3. Quais são as finalidades específicas de cada uma das tecnologias e dos equipamentos usados?
4. No caso do uso de câmeras equipadas com alguma das tecnologias mencionadas na questão 1, onde elas estão instaladas (em quais pontos da cidade – detalhar o local)?
5. Quais unidades do governo usam esses recursos tecnológicos para orientar ações de combate à covid-19? Solicita-se anexar a documentação correspondente a cada uma delas, incluindo as especificações dos softwares/equipamentos utilizados, nome legal e CNPJ de cada uma das empresas privadas e/ou órgãos públicos que fornecem os softwares e os equipamentos pelos quais os algoritmos são executados, bem como os contratos correspondentes e as documentações que formalizaram os processos de aquisição.

RESPOSTA:

Boa tarde!

Encaminhamos em anexo resposta da solicitação do Protocolo nº 0007500019720XXXX

Atenciosamente,

XXXXXX

Respondente

22/10/2020 – XXXX 2018

PERGUNTA:

Prezados,

Considerando a seguinte matéria veiculada em vários jornais locais

<https://www.rondonoticias.com.br/noticia/politica/41654/prefeito-XXXX-assina-ordem-de-servico-para-asfaltar-bairro-lagoa>;

Considerando que sou moradora do Bairro Lagoa há mais de 10 (dez) anos;

Considerando o direito constitucional de realizar o Controle Social dos Atos e Gastos Públicos;

Considerando a Lei nº 12527 de 18 de Novembro de 2011, requeiro as seguintes informações:

- 1) Acesso/cópia ao processo que realizou o Repasse dos recursos do Ministério do Desenvolvimento Regional à Prefeitura de Porto Velho;
- 2) Acesso/cópia ao processo licitatório para a escolha da empresa que irá realizar o serviço de asfaltamento do bairro Lagoa;
- 3) Acesso/cópia ao processo de execução do serviço, bem como as justificativas para a Ordem de Serviço nº 07/XXXX assinada pelo Sr. Prefeito ainda não ter sido executada, visto que o prazo para início segundo os jornais seria de 10 (dez) dias;
- 4) Não sendo possível o atendimento do presente pleito, indicar as razões de fato ou de direito acerca da recusa do acesso a informação pretendida.

RESPOSTA:

Bom dia,

Cumprimentando-o cordialmente, venho por meio deste, em atenção ao pedido protocolo nº 0007500019820XXX, datado de 22 de outubro de 2020, solicitado pela Sra. XXXX, que requer cópia do processo nº 10.00262.XXXX por meio do e-SIC.

Considerando a inviabilidade técnica para digitalização do grande volume de documentos, deverá proceder com o pagamento de Documento de Arrecadação Municipal, emitido pela Secretária Municipal de Fazenda – SEFAZ, para reprodução do processo, nos termos da IN XXX/CGM/2016.

Informo que o mesmo possui 12 volumes com o total de 4.396 paginas.

Sem mais para o momento, nos colocamos a disposição para eventuais dúvidas.

XXXX.

Assessora

SEMOB/Astec

26/10/2020 - XXXX 2054

PERGUNTA:

Chamo-me XXXX e sou doutoranda em Políticas Públicas, na Universidade Federal do Paraná. Venho por meio deste solicitar o encaminhamento das atas do Conselho Municipal de Turismo no período de 2013 a 2020. Elas serão usadas na elaboração de uma pesquisa científica sobre os conselhos municipais de turismo do Brasil. Peço, respeitosamente, que enviem as atas para o meu email fs.XXXX@gmail.com

Agradeço a atenção.

Cordialmente,

XXXXX

RESPOSTA:

conforme o pedido da solicitante estamos enviando os arquivos por email

[Recurso de 1ª Instância](#)

Olá, recebi um email informando que meu pedido (Protocolo 0007500019920XXXX) havia sido enviado por email, conforme solicitado. Entretanto, comunico que não recebi e-mail com os documentos. Grata!

28/10/2020 – XXXX 2041

PERGUNTA:

Bom dia, preciso de algumas informações, estou escrevendo um artigo por conta própria e necessito saber:

Quantas toneladas de lixo a capital de Porto velho produz por dia/mês;

Quantos quilos é gerado por pessoa;

Quanto custa para a capital por dia/por mês/ tonelada a coleta;

Sobre o lixão da capital e o plano de lixo zero

RESPOSTA:

Bom dia,

São produzidas cerca de 306,34 toneladas de resíduos por dia em Porto Velho. Considerando que a capital tem uma população de aproximadamente 540 mil habitantes, temos uma produção per capita de 0,56 kg/habitante/dia.

Não há pagamento por tonelada, o custo do serviço é fixo. São pagos cerca de R\$3 milhões mensais

à concessionária Marquise S/A para operacionalização dos serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos.

Sobre o encerramento do lixão. Atualmente são destinadas cerca de 18 toneladas de resíduos produzidos diariamente nos distritos do eixo da BR (distritos do Alto e Médio Madeira). O restante é destinado à Lixeira da Vila Princesa. Está em andamento a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico ao qual define as diretrizes e metas a serem alcançadas nos próximos 20 anos. Está definido que o Lixão será desativado e um aterro sanitário será construído de modo a destinar corretamente os rejeitos. Há também a previsão de instalação de estações de triagem que terão por objetivo a redução dos resíduos destinados ao aterro. Concomitantemente ao PMSB, está em tramitação o processo para licitação dos serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos.

Para mais informações, acompanhe a elaboração do PMSB através do site <https://pmsb.portovelho.gov.br> e publicações nas redes sociais do município.

Att.

XXXX

Engenheiro Ambiental
SEMUSB

29/10/2020 – XXXX 2095

PERGUNTA:

Prezados, solicito o seguinte:

1. Qual o número de endereços por bairro registrados que são obrigados a pagar IPTU em Porto Velho (entre imóveis e terrenos);

Ex: Bairro Três Marias - 1.863 endereços registrados entre imóveis e terrenos, sendo que 1.200 estão em dia com o IPTU e isso significa que a SEMUR recolhe R\$ 800.000,00 por mês e 683 inadimplentes que resulta em uma inadimplência de R\$ 400.000,00 por mês.

Gostaria dessas informações por bairro. Quantitativo de endereços que deviam pagar, quantos pagam e quantos deixam de pagar. E o quanto isso significa em R\$ (reais por mês)

2. Qual é o número de endereços inadimplentes e o quanto isso significa em valores reais?

3. Quanto a SEMUR recolhe mensalmente de IPTU no total?

Me coloco à disposição para caso precisem entrar em contato no caso de dúvidas quanto ao requerimento.

Tel.: (21) XXXX

RESPOSTA:

Bom dia,

Em atenção ao pedido de informações ora requerido, informamos a Vossa Senhoria que quanto ao 1º e 2º questionamentos foi aberto chamado, por meio do Ofício nº XXX/2020, do Departamento Tributário, à Empresa de TI terceirizada, responsável pela programação do Sistema Tributário para confecção da informação nos termos solicitados, devendo ser requerido novo pedido de informação em tempo oportuno.

Quanto ao 3º Questionamento, a informação está disponível no portal da transparência no endereço eletrônico: <https://cidadetransparencia.portovelho.ro.gov.br/receitas>

Ressaltamos que as informações sobre tributação do IPTU são da competência da Secretaria Municipal de Fazenda (SEMFAZ), assim necessitando de mais informações, estas devem ser solicitadas deste órgão fazendário.

Atenciosamente,

XXXX

Diretor do Departamento Tributário

XXXXXX

ASTEC/SEMFAZ

30/10/2020 – XXXX 2030

PERGUNTA:

Preciso de fazer um agendamento pra poder tirar a licença sanitária

RESPOSTA:

Neste momento a DVISA realiza encontra-se com 03 (três) servidores para realizar o atendimento ao público e não dispomos de servidores para realizar atendimento ao público via telefone. Devido a pandemia do coronavírus, com o intuito de evitar a aglomeração de pessoas em ambiente fechado, foi disponibilizado o agendamento online através do endereço eletrônico <https://dvs.portovelho.ro.gov.br/agendamento>, onde são oferecidos 90 atendimentos diários entre os

horários de 08h às 12:30h.

Ciente da demanda reprimida, buscamos a ampliação do atendimento ao público entre os horários de 13:00h às 17:00h, disponibilizando mais 57 vagas para atendimento. Basta realizar o agendamento, <https://dvs.portovelho.ro.gov.br/agendamento>

31/10/2020 - XXXX 2084

PERGUNTA:

1. Do que trata e como funciona o Programa Municipal de Regularização Fundiária de acordo com a Lei nº 2.470, de 14 de Dezembro de 2017 - Plano Plurianual - PPA 2018-2021 ?
2. Do que trata e como funciona o Programa Municipal Morar Melhor de acordo com a Lei nº 2.470, de 14 de Dezembro de 2017 - Plano Plurianual - PPA 2018-2021 ?
3. Como a secretaria avalia o resultado dos programas?
4. Quais eram os números de lotes regulares antes dos programas?
5. Quais são os números de lotes regulares após os programas?
6. Quais eram os números de lotes irregulares antes dos programas?
7. Quais são os números de lotes irregulares após os programas?
8. Qual o perfil dos lotes regularizados (tamanho, localização, região geográfica, perfil econômico dos beneficiados)?
9. Houve aumento da arrecadação municipal em função da regularização?
10. Quanto em números absolutos?
11. Quanto em termos percentuais?
12. Do que trata e como funciona o programa intitulado como "Regularizar é Progresso" de forma que não encontrei no PPA, LDO E LOA?

RESPOSTA:

Todas as perguntas encontram-se respondidas conforme anexo.

31/10/2020 - XXXX 2029

PERGUNTA:

Boa noite,

gostaria de saber se existe a regulamentação do adicional de periculosidade que trata a parte final do Art. 83, da LC n. 385/10. Cito:

Art. 83. São consideradas atividades ou operações perigosas aquelas que, por sua natureza ou método de trabalho (...) na forma prevista em regulamento.

Em caso de existência de regulamento, gostaria do encaminhamento de uma via, já que não encontro disponível do site da PMPV.

RESPOSTA:

Bom Dia , XXXX

Informamos que referente ao art.83 Vossa senhoria, obterá resposta através da NR 16 ao qual esta secretaria segue para todos os procedimentos de praxe. lá estará todas as orientações necessárias sobre as atividades de operações perigosas.

sem mais para o momento,
agradecemos a compreensão !

XXXX
mat.331611

01/11/2020 - XXXX2073

PERGUNTA:

Como não obtive nenhuma resposta efetiva da Secretaria Municipal de Regularização Fundiária, Habitação e Urbanismo, tenho que recorrer a Secretaria Municipal de Planejamento Orçamento e Gestão. Espero que me ajudem.

1. Do que trata e como funciona o Programa Municipal de Regularização Fundiária de acordo com a Lei nº 2.470, de 14 de Dezembro de 2017 - Plano Plurianual - PPA 2018-2021 ?
2. Do que trata e como funciona o Programa Municipal Morar Melhor de acordo com a Lei nº 2.470, de 14 de Dezembro de 2017 - Plano Plurianual - PPA 2018-2021 ?
3. Como a secretaria avalia o resultado dos programas?
4. Quais eram os números de lotes regulares antes dos programas?
5. Quais são os números de lotes regulares após os programas?
6. Quais eram os números de lotes irregulares antes dos programas?
7. Quais são os números de lotes irregulares após os programas?
8. Qual o perfil dos lotes regularizados (tamanho, localização, região geográfica, perfil econômico dos beneficiados)?
9. Houve aumento da arrecadação municipal em função da regularização?

10. Quanto em números absolutos?
11. Quanto em termos percentuais?
12. Do que trata e como funciona o programa intitulado como "Regularizar é Progresso" de forma que não encontrei no PPA, LDO E LOA?

RESPOSTA:

Perguntas repetidas, já foram respondidas.

03/11/2020 - XXXX 2018

PERGUNTA:

Prezada Prefeitura de Porto Velho

Em anexo, há uma arguição visando averiguar o cumprimento da Logística Reversa, especificamente, dos aparelhos eletrônicos. Também em anexo, há maiores detalhes quanto à proposta de estabelecimento de metamodelo de Cidades Inteligentes, em específico, do tratamento da sucata eletrônica. Nesses termos, o presente contato estabelece um prazo de 10 (dez) dias úteis para a sua resposta. Caso haja necessidade, a Prefeitura pode solicitar uma extensão do prazo. O presente remetente se coloca à disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,

XXXX

RESPOSTA:

Bom dia, segue em anexo respostas enviadas via ofício (com protocolo de recebimento), e via e-mail para o solicitante

09/11/2020 - XXXX 2062

PERGUNTA:

Bom dia!

Neste mês temos a seguinte situação, a Orsegups emitiu 1 nota para o CNPJ de Lages cfe anexo, porém o serviço foi prestado em Porto Velho, e tem ISS retido, neste caso como posso estar

providenciando a guia junto a prefeitura, ela foi lançada no livro eletrônico de Lages, acredito q terá q ser emitido guia avulsa, como fazer? Se for através do Site somente, solicito um passo a passo

RESPOSTA:

Boa Tarde,

Informamos que para pré-cadastro para fins de emissão da Nota Fiscal quanto a prestador instalado fora do Município, deverá ser encaminhado email ao endereço eletrônico dtr.semfaz@portovelho.ro.gov.br com cópia para dep.tributario@gmail.com, com a solicitação de inscrição no cadastro do Município e demais procedimentos para a emissão da respectiva guia.

Atenciosamente

XXXX
ASTEC/SEMFAZ

11/11/2020 – XXXX 2015

PERGUNTA:

Bom dia sou Acadêmico de Arquitetura na Faculdade Uniron, estou fazendo um trabalho e busco informações sobre os moradores de rua do município de Porto Velho (RO).

DADOS SOBRE:

- QUANTIDADE DE MORADORES DE RUA EM PVH?
- [00:24, 10/11/2020] Rene: MORADORES DE RUA?
- [00:26, 10/11/2020] Rene: EXISTE GRANDE PROCURA POR PARTE DOS MORADORES JUNTO AO ABRIGO?
- NACIONALIDADE DELES, MAIORIA E BRASILEIRO OU EXTRANGEIRO?-
- PRINCIPAIS LOCAIS ONDE ELE FREQUENTAM?
- OS ALBERGUES EM PVH?
- QUANTIDADE DE VAGAS?
- EXISTE ALGUM TRABALHO SOCIAL PARA RECUPERAÇÃO DOS MORADORES DE RUA?

RESPOSTA:

Em atenção a solicitação em tela, encaminhamos anexos a este resposta produzida pelo setor responsável pelas informações DPSE/ SEMASF.

XXXX

Ponto focal E- SIC/SEMASF

11/11/2020 - XXXX 2051

PERGUNTA:

Boa noite, houve algum projeto de lei complementar para incluir "roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial" no rol de atividades perigosas, descritas na Lei Complementar n. 385/10, passíveis de recebimento de adicional de periculosidade?

Houve encaminhamento a Câmara Municipal? Se sim, ainda permanece no Legislativo?

Houve sanção ou veto do Prefeito?

Por derradeiro, caso haja projeto de lei complementar, veto ou sanção do prefeito, solicito o encaminhamento de cópias

RESPOSTA:

Bom dia,

Conforme a solicitação constante no Protocolo nº 007500020920XXXX, informamos que até a presente data foram localizados os seguintes atos relacionados a matéria em tratativa:

Decreto nº 14.585, de 07 de julho de 2017, publicado no D.O.M. nº 5488, de 07 de julho de 2018, que "Dispõe sobre a regulamentação de Adicional de Insalubridade e Periculosidade mediante Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT, Instituídos nos artigos 81 a 86 da Lei Complementar nº 385, de 1º de julho de 2010 de que trata sobre o Estatuto do Servidor Público do Município de Porto Velho; e Revoga os artigos 52 a 59 do Decreto nº 11.824, de 18 de outubro de 2010 que regulamenta o Estatuto do Servidor Público Municipal de Porto Velho"; alterado pelos decretos nºs. 16.002/2019 e 16.135/2019.

Informamos ainda que neste ano não há projeto de lei de autoria do Executivo Municipal encaminhado para apreciação na Câmara Municipal sobre a matéria em questionamento, bem como não há projetos de lei de autoria de vereadores da CMPV aprovados e encaminhados para análise e parecer esse Departamento Legislativo, e manifestação do Executivo (veto ou sanção).

Ademais, o Sistema de Apoio ao Processo Legislativo - SAPL, atual plataforma de disponibilização de legislação municipal (projetos, leis e decretos), tem sido atualizado diariamente e progressivamente, colaborando para otimizar o acesso a informação. Todavia, insta destacar que atos municipais antigos, ainda estão sendo escaneados, categorizados e por essa razão possivelmente não constem no site.

Exemplo:

Acesse: <https://sapl.portovelho.ro.leg.br/> -> clique em "Matérias Legislativa" para ter acesso aos projetos de leis" ou em "Normas Jurídicas" para acessar as Leis já publicadas (sancionadas ou promulgadas).

Atenciosamente,

XXXX

Departamento Legislativo
Secretaria Geral de Governo

12/11/2020 - XXXX 2086

PERGUNTA:

Boa noite! Me chamo XXXX sou estudante do curso de Ciências Contábeis na Universidade Católica de Pernambuco, venho atrás desta solicitar informações para a composição da minha monografia. Para isso anexei um questionário para a coleta das informações.

RESPOSTA:

Bom dia!

Segue em anexo a solicitação de Protocolo 00075000XXXX20XXXX. Enviaremos também para seu email. Gostaríamos que V.Sa. acusasse recebimento através do email encaminhado, ok?

Atenciosamente,

XXXXXX

18/11/2020 - XXXX 2021

PERGUNTA:

Prezado(a),

Me chamo XXXX, sou aluno de doutorado da Universidade Estadual Paulista (UNESP, Rio Claro) e Universidade de Tübingen (Alemanha), e tenho desastres naturais (escorregamentos e corridas de detritos) como foco de minha pesquisa de doutorado. Gostaria de saber se a defesa civil de Rondônia mantém um banco de dados de desastres próprios para o estado, que abranja um período maior que aquele do S2ID (2013-2020). Se afirmativo, esse banco de dados está disponível para acesso ao público? Quais seriam os procedimentos para a disponibilização dessa banco de dados?

Desde já, agradeço a atenção. Atenciosamente,
XXXX

RESPOSTA:

Bom dia, Sr.XXXX

Em resposta ao seu questionamento encaminhado a esta Prefeitura Municipal de Porto Velho, informamos através desta Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil, que desconhecemos outro banco de dados sobre desastres no Estado de Rondônia a não ser o do S2ID que abranja maior período que (2013-2020) levando em conta que a Defesa civil Estadual é parceira desta Municipal.

Att,

XXXXXX

Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil

[20/11/2020 - XXXX2075](#)

PERGUNTA:

Solicito encaminhamento do inteiro teor do Decreto nº 14.571, de 29 de junho de 2017 e Portaria Nº126/2017 de 09 de junho de 2017. Tais atos normativos não constam do site da Prefeitura.

RESPOSTA:

Bom dia. informamos que sua solicitação (inteiro teor decreto e portaria) foi encaminhada via e-mail, para igor.tadeu.carvalho@gmail.com. Solicitamos manifestação quanto ao recebimento. Estaremos sempre à disposição para atendê-lo no que for necessário.

Atenciosamente,

XXXX

PERGUNTA:

REQUERIMENTO

Na qualidade de munícipe da cidade de Porto Velho/RO e no sentido de depurar a gestão pública de recursos destinados à Saúde no âmbito do municipal, e apesar do poder público disponibilizar na rede mundial computadores o Portal da Transparência Municipal no site

<https://transparencia.portovelho.ro.gov.br/despesas/geral> e Dados Abertos no site

<https://api.portovelho.ro.gov.br/docs> as informações de controle de gasto público, destaco que o formato apresentado a população requerem um dinamismo de compreensão muito elevado, ficando notadamente comprometido uma avaliação de um cidadão comum, uma vez que o quadro de despesa por instituição se apresenta de forma reduzida, onde estão disponíveis somente o montante empenhado, anulado, liquidado e pago, dificultando o acesso do cidadão às informações básicas de despesas, como por exemplo, a discriminação do gasto público, o valor individualizado de cada despesa.

Nestes termos, com o fito de tornar a compreensão dos relatórios mais difundida entre os municípios, solicito de vossa senhoria cópia do relatório analítico de despesa, em formato detalhamento, configurado mês a mês de todas as despesas consolidadas realizadas da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Velho, competente ao exercício financeiro de 2017, 2018, 2019 elencado de acordo com os seguintes itens:

1. Empenho;
2. Data;
3. Instituição;
4. Órgão;
5. Função;
6. Sub-Função;
7. Programa;
8. Ação;
9. Rubrica;
10. Recurso;
11. Credor;
12. Resumo;
13. Valor;
14. Valor Anulado;
15. Valor Liquidado;
16. Valor Pago;
17. Movimentações;
18. Itens;
19. Descrição;
20. Quantidade;
21. Valor Unitário;
22. Valor Total.

Por fim, tendo em vista buscar dinamismo às informações, peço que a disponibilização do detalhamento da despesa por lançamento individualizado seja fornecida em mídia (excel) ou pdf.

RESPOSTA:

Em atenção a manifestação registrada em nosso sistema, disponibilizamos a resposta do setor competente, através do expediente abaixo e em anexo.

Memo. nº XXX/2020/SEMUSA

De: Divisão de Convênios e Contratos/SEMUSA

Para: Ouvidoria/SEMUSA.

Agradecemos a sua manifestação como contribuição para o aperfeiçoamento contínuo do Sistema Único de Saúde – SUS e nos colocamos à inteira disposição.

Atenciosamente.

Ouvidoria do SUS – PVH

24/11/2020 – XXXX 2064

PERGUNTA:

Estou fazendo uma pesquisa sobre a historia da zona sul, gostaria de ter acesso a algum arquivo (mapas / leis) que mostrem a data de criação dos bairros, a evolução da area urbana da decada de 70 e 80.

Como devo proceder, visto que estas informações históricas ainda não estou disponíveis na internet ?

XXXX

RESPOSTA:

Boa tarde,

Em resposta ao Memorando nºXXXDA/SEMPOG, que encaminha protocolo 0007500021420XXXX do sr. XXXX

solicitando Mapas e Leis referentes aos bairros do Município, enviamos links abaixo com as informações solicitadas:

Leis de criação dos bairros:

<https://sempog.portovelho.ro.gov.br/arquivos/lista/26460/bairros>

Mapa interativo dos bairros:

<https://sempog.portovelho.ro.gov.br/artigo/19400/bairros-de-porto-velho>

Mapa estático dos bairros:

<https://sempog.portovelho.ro.gov.br/artigo/19844/mapas-municipais>

At.te

XXXX

Assessora Técnica

Recurso de 1ª Instância

Preciso de informações de antes da lei de 1989 de chiquilito erse, nessa lei de criação de bairros ja existiam vários, e isto nao esta disponível online.

atenciosamente rafael

[24/11/2020](#) - [XXXXXX 2017](#)

PERGUNTA:

A quase três meses atrás, informei sobre buracos na Rua Pedro Albeniz entre as Ruas Andréia e Daniela (pedido 0007500017320XXXX).

A resposta desta secretaria, sem objetividade nenhuma, informa que será "planejada a operação tapa buracos", mas não informa data nem período.

A três semanas atrás, a operação tapa buracos esteve na rua de trás da rua Pedro Albeniz, rua Antonio maria Valença, tapando, sem qualidade alguns dos muitos buracos daquela rua.

Quando serão realizados os trabalhos na Rua Pedro Albeniz entre as ruas Andreia e Daniela? Os vários buracos estão aumentando de tamanho e causando transtornos e alguns incidentes e quase acidentes.

RESPOSTA:

Com cordiais cumprimentos, vimos por meio deste, informar que conforme a solicitação citada anteriormente, onde falava que a rua solicitada estava em nossa programação para execução. Informamos que foi executado no dia 10 de dezembro (quinta-feira).

24/11/2020 - XXXX 2053

PERGUNTA:

Boa noite! Me chamo XXXX sou estudante do curso de Ciências Contábeis na Universidade Católica de Pernambuco, venho atrás desta solicitar informações para a composição da minha monografia. Para isso anexeí um questionário para a coleta das informações

RESPOSTA:

Boa tarde,

Conforme informado e encaminhado em outros protocolos, informamos conforme anexo.

Atenciosamente,

Socorro

25/11/2020 – XXXX 2006

PERGUNTA:

Prezado (a),

Gostaríamos de convidar seu município para participar da pesquisa “Avaliação de políticas de mobilidade segura em cidades brasileiras”, desenvolvida pela Universidade Federal do Ceará (UFC), sob a supervisão do discente Caio Torres e do Prof.º Dr.º Flávio Cunto, do Programa de Pós-graduação em Engenharia de Transportes (PETRAN).

A pesquisa possui o objetivo de avaliar indicadores de políticas públicas de segurança viária em cidades brasileiras. A metodologia utilizada apoia-se em uma abordagem sistemática balizada por cinco pilares de ações para a promoção da segurança no trânsito. Esses pilares foram definidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como principais alvos de políticas públicas e estratégias para a redução das mortes e lesões no trânsito.

A participação do seu município é muito importante para uma análise mais abrangente do contexto das políticas públicas de mobilidade segura no Brasil. Para acessar o formulário basta clicar no link abaixo. O formulário permite um preenchimento colaborativo e edições ao longo do período da coleta. Fique a vontade para preencher o formulário, editá-lo posteriormente e/ou compartilhar com outros colaboradores que possam contribuir com as questões (basta enviar o link de acesso ou compartilhe esse e-mail).

[<https://docs.google.com/spreadsheets/d/1ql8c1WwuKo849wwNcaudEG2byCId1wg3-3t-tNzxOXA/edit#gid=669170734>]

Gostaríamos, se possível, de contar com suas informações (formulário preenchido) de preferência até o dia 30/11/2020. Destacamos que as informações fornecidas não serão divulgadas de forma primária. Os dados serão explorados estatisticamente de forma agregada e apenas para objetivos acadêmicos que permitirão o desenvolvimento de minha pesquisa de doutorado na UFC.

RESPOSTA:

Boa tarde

Informo que o questionário foi encaminhado ao setor correspondente para que seja respondido e posteriormente encaminhado para o e-mail "XXXX@det.ufc.br"

26/11/2020 - XXXX 2042

PERGUNTA:

1. Entre os anos de 2017 e 2020, o governo do Porto Velho contratou ou financiou serviços privados de acolhimento terapêutico residencial permanente ou provisório para recuperação de pessoas que fazem uso problemático ou são dependentes de drogas psicoativas?
2. Entre os anos de 2017 e 2020, o governo do Porto Velho apoiou ou financiou direta ou indiretamente – por meio de fornecimento de material, de transporte, de recursos humanos, formação ou qualquer outro tipo – entidades privadas com ou sem fins lucrativos que prestam serviço de acolhimento terapêutico residencial permanente ou provisório para recuperação de pessoas que fazem uso problemático ou são dependentes de drogas psicoativas?
3. No ano de 2020, o governo do Porto Velho apoiou ou financiou direta ou indiretamente algum programa de prevenção e detecção do SARS-COV-2 em entidades privadas com ou sem fins lucrativos que prestam serviço de acolhimento terapêutico residencial permanente ou provisório para recuperação de pessoas que fazem uso problemático ou são dependentes de drogas psicoativas?
4. No caso de resposta positiva para um dos casos das perguntas 1, 2 ou 3, quais os valores das despesas empenhadas, liquidadas e pagas e quais as modalidades de licitação para entidades privadas com ou sem fins lucrativos que prestam serviço de acolhimento terapêutico residencial permanente ou provisório para recuperação de pessoas que fazem uso problemático ou são dependentes de drogas psicoativas oferecidos entre os anos de 2017 e 2020?
5. No caso de resposta positiva para um dos casos das perguntas 1, 2 ou 3, de qual(is) órgão(s)(s) e função(ões), sub-funções e programa(s) orçamentário(s) se originaram os recursos empregados para remunerar ou apoiar entidades privadas com ou sem fins lucrativos que prestam serviço de acolhimento terapêutico residencial permanente ou provisório para recuperação de pessoas que fazem uso problemático ou são dependentes de drogas psicoativas entre os anos de 2017 e 2020?

RESPOSTA:

Em atenção a manifestação registrada em nosso sistema, disponibilizamos a resposta do setor competente, através do expediente abaixo e em anexo.

Memo. nº XXX/2020/SEMUSA

De: DMAC/SEMUSA

Para: Ouvidoria/SEMUSA.

Agradecemos a sua manifestação como contribuição para o aperfeiçoamento contínuo do Sistema Único de Saúde – SUS e nos colocamos à inteira disposição.

Atenciosamente.

Ouvidoria do SUS – PVH

26/11/2020 - XXXX 2097

PERGUNTA:

1. O governo de Porto Velho contratou, entre os anos de 2017 e 2020, vagas em entidades privadas com ou sem fins lucrativos que prestam serviço de acolhimento terapêutico residencial permanente ou provisório para recuperação de pessoas que fazem uso problemático ou são dependentes de drogas psicoativas? Quantas vagas foram contratadas em cada ano e como foi feito o credenciamento das entidades contratadas?

2. No caso de resposta positiva para a Pergunta 1, quem é o órgão responsável pelo monitoramento e pelo controle das vagas contratadas junto a entidades privadas com ou sem fins lucrativos que prestam serviço de acolhimento terapêutico residencial permanente ou provisório para recuperação de pessoas que fazem uso problemático ou são dependentes de drogas psicoativas?

3. Entre os anos de 2017 e 2020, o poder judiciário determinou ao governo de Porto Velho a contratação de alguma vaga em entidades privadas com ou sem fins lucrativos que prestam serviço de acolhimento terapêutico residencial permanente ou provisório para recuperação de pessoas que fazem uso problemático ou são dependentes de drogas psicoativas? Quanta(s) vaga(s) foi(ram) contratada(s) por ano e por qual valor a(s) vaga(s) foi(ram) contratada(s)?

5. Solicito a base de dados com registros dos pagamentos realizados entre 2017 e 2020 para entidades privadas com ou sem fins lucrativos que prestam serviço de acolhimento terapêutico residencial permanente ou provisório para recuperação de pessoas que fazem uso problemático ou são dependentes de drogas psicoativas, em formato legível por máquina (csv; xls; txt ou similares), contendo “nome do favorecido”, “CNPJ do favorecido” e valor pago em reais.

Prezados,

Com fundamento no Direito Constitucional de Acesso à Informação, previsto no artigo 5º, inc. XIV, da Constituição da República, bem como na Lei 12.527/2011, vimos requerer o acesso, em até 20

dias corridos (artigo 11, parágrafo 1º da Lei 12.527/11), aos seguintes dados:

1) Informações (Razão Social, CNPJ/CPF e valores) sobre todos os empenhos liquidados e não pagos pelo Município, referentes aos Exercícios 2015, 2016, 2017 e 2018, preferencialmente em planilha de Excel.

2) Informações (Razão Social, CNPJ/CPF e valores) sobre todas as Despesas de Exercícios Anteriores e todos os Restos a Pagar (Processados e Não Processados), referentes aos Exercícios 2015, 2016, 2017 e 2018, preferencialmente em planilha de Excel.

Na eventualidade de as informações solicitadas não serem fornecidas, requeremos que seja apontada a razão da negativa, bem como, se for o caso, eventual grau de classificação de sigilo (ultrassecreto, secreto ou reservado), tudo nos termos do artigo 24, parágrafo 1º, da Lei 12.527/2011.

Desde logo, agradecemos pela atenção e pedimos deferimento.

RESPOSTA:

Em atenção a manifestação registrada em nosso sistema, disponibilizamos a resposta do setor competente, através do expediente abaixo e em anexo.

Memo. nº XXX2020/SEMUSA

De: DMAC/SEMUSA

Para: Ouvidoria/SEMUSA.

Agradecemos a sua manifestação como contribuição para o aperfeiçoamento contínuo do Sistema Único de Saúde – SUS e nos colocamos à inteira disposição.

Atenciosamente.

Ouvidoria do SUS – PVH

30/11/2020 – XXXX 2011

PERGUNTA:

Prezados, após conhecimento da resposta feita através do protocolo nº 0007500019820XXXX informo que não tinha conhecimento que os autos era físicos. Considerando que não tenho disponibilidade de espaço físico para armazenar 12 volumes de processo, bem como em privilégio aos princípios que regem o desenvolvimento sustentável, faço os seguintes questionamentos para serem saneados por vossa senhoria:

1. O repasse federal para o início das obras do asfaltamento do bairro Lagoa já foi realizado?
2. Se não, o que falta para se concretizar?
3. Se sim, quanto foi repassado e quanto já foi efetivamente gasto na obra?
4. Já tem Nota de Empenho para as obras no exercício de 2020?

5. Se não, há previsão para ser feita a NE?
6. Se sim, quanto foi empenhado?
7. Quanto será a contrapartida por parte do município?
8. A contrapartida já foi empenhada?
9. Já houve contratação da empresa que realizará as obras?
10. Se sim, qual a modalidade de licitação utilizada?
11. Foi assinado contrato?
12. Se sim, qual valor total cobrado pela empresa para realizar a obra?
13. Há previsão, em contrato, para o início e término das obras?
14. Quanto a Ordem de Serviço assinada, qual o motivo para não ter sido cumprido o prazo estabelecido de 10 (dez) dias?
15. Já houve pagamento à empresa? Se sim, qual o valor já foi pago?
16. Há cronograma apresentado pela empresa de execução dos serviços? Se sim, quais as atividades que ela deveria ter executado desde que foi contratada e emitida a Ordem de Serviço, mas não executou?
17. Caso exista atraso nas obras por parte da empresa, ela foi notificada pelo município?
18. Se sim, houve apresentação de justificativas?
19. Se não, por que ela não foi notificada?
20. Foi nomeada comissão de fiscalização para acompanhamento dos serviços?

Informo que estou abrindo nova demanda e não recorrendo da anterior, visto que o prazo para recurso é de apenas 5 dias e poderia não ser suficiente para sanear todos os questionamentos. Agradeço a atenção dispensada.

RESPOSTA:

Bom dia, segue em anexo (arquivo em PDF) a resposta do protocolo nº 00075000XXX20XXXX

Atenciosamente,
XXXX
Assessora Técnica
SUOP/ASTEC

03/12/2020 - XXXX 2066

PERGUNTA:

Esta solicitação busca entender como tecnologias específicas têm sido utilizadas para o combate à COVID-19 no Brasil.

Foi informado por meio de solicitação anterior (protocolo 00075.000XXX/XXX-11) que a Prefeitura utiliza o aplicativo #Atendeemcasa, com uso de inteligência artificial no contato virtual para direcionamento a uma fila de atendimento médico; Sistema eCidade laboratorial e Sistema Visual HOSPUB

Com base na Lei de Acesso à Informação, solicito as informações abaixo:

Solicito acesso à íntegra dos documentos que compõe o respectivo processo SEI que formalizou o contrato de uso dos respectivos programas (contrato/parceria etc.)

Qual a finalidade do tratamento de dados (art. 6º, I, Lei Geral de Proteção de Dados)

Se há transferência ou uso compartilhado de dados entre setor público e privado

Se há algum tipo de decisão automatizada por meio dos sistemas utilizados

Quais empresas ou órgãos foram responsáveis pelo desenvolvimento do aplicativo #Atendemecasa

Se houve a produção de Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais. Se sim, solicita-se acesso ao documento.

Acesso à Política de Privacidade, Termos de Uso e demais documentação referente aos direitos de titulares do aplicativo #Atendemecasa

Grato

RESPOSTA:

Em atenção a manifestação registrada em nosso sistema, encaminhamos sua demanda para o GABINETE/SEMUSA, através do Memorando Nº 002/ESIC/SEMUSA, datado em 06/01/2021, para adoção das medidas cabíveis e tão logo recebermos uma resposta sobre esta demanda, disponibilizaremos para consulta neste sistema.

Destarte, esclarecer que a resposta será enviada via email, pelo tempo de produção que exigirá o pedido.

Agradecemos a sua manifestação como contribuição para o aperfeiçoamento contínuo do Sistema Único de Saúde – SUS e nos colocamos à inteira disposição.

Atenciosamente.

ESIC – PVH

[Recurso de 1ª Instância](#)

Boa tarde!

Agradeço pelo retorno. Gostaria de tirar uma dúvida, por gentileza. No memorando em anexo foi dada a seguinte instrução: "Solicitamos que nos seja encaminhada resposta atentando para o prazo de resposta estabelecido pela Lei Nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011 – Lei de Acesso à Informação, (sito o prazo final dia: 13/01/2020), para continuidade do protocolo de atendimento desta Ouvidoria."

Eu abro um novo pedido de LAI ou mantenho o presente com recursos?

Obrigado!

PERGUNTA:

À prefeitura de Porto Velho

Com base no artigo 5º (XXXIII) da Constituição Federal e nos artigos 10, 11 e 12 da Lei nº 12.527/2011 – a Lei Geral de Acesso a Informações Públicas –, dirijo-me respeitosamente ao exmo. Secretário da Segurança com o objetivo de apresentar um REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES.

O requerente solicita saber projetos concretizados em 2020 na cidade: - Criar a Central de Abastecimento de Rondônia - Foi criada esta central em 2020?

- Construir a Agência de Desenvolvimento Econômico de Porto Velho - Foi construída essa agência na gestão?

- Instalar cooperativas de produção de alimentos de mesa e centros de seleção e classificação nos distritos e comunidades - Foi instalado esta cooperativa em 2020?

- Criar o Cinturão Verde de Porto Velho - Quanto foi distribuído de alimento neste ano pelo Cinturão?

- Construir um novo Mercado Municipal e redimensionar feiras livres - Como está este projeto? No ano passado estava-se aguardando a contratação da empresa. Foi contratada?

- Ampliar as escolas já existentes - O que foi feito de ampliação neste ano?

- Adquirir alimentos da área rural para melhorar a merenda escolar - Quanto foi distribuído de alimento neste ano, mesmo com a pandemia?

- Construir rede de abastecimento de água em toda cidade - o que foi feito para construção de rede de abastecimento neste ano?

- Implantar rede de coleta de esgoto em 80% da capital - o que foi feito para essa implantação em 2020?

- Criar um programa de recuperação e revitalização das praças - Quais praças foram revitalizadas neste ano?

- Implantar um programa de criação, recuperação e revitalização de áreas verdes - O que foi feito pelo município neste ano?

- Criar pontos de ônibus cobertos e com painel digital mostrando a frota - Como está a situação desse projeto? quantos pontos cobertos foram criados neste ano?

- Criar sistema para circulação e escoamento da malha de ônibus - Houve alguma mudança neste ano?

RESPOSTA:

Respondemos seus questionamentos do Protocolo 00075000XXXXX, conforme anexo.

Atenciosamente,

XXXX

13/07/2019 - XXXX1949

PERGUNTA:

Com base no artigo 5º (XXXIII) da Constituição Federal e nos artigos 10, 11 e 12 da Lei nº 12.527/2011 – a Lei Geral de Acesso a Informações Públicas –, dirijo-me respeitosamente ao exmo. Secretário da Segurança com o objetivo de apresentar um REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES.

O requerente solicita saber projetos concretizados em 2020 na cidade: - Criar a Central de Abastecimento de Rondônia - Foi criada esta central em 2020?

- Construir a Agência de Desenvolvimento Econômico de Porto Velho - Foi construída essa agência na gestão?

- Instalar cooperativas de produção de alimentos de mesa e centros de seleção e classificação nos distritos e comunidades - Foi instalado esta cooperativa em 2020?

- Criar o Cinturão Verde de Porto Velho - Quanto foi distribuído de alimento neste ano pelo Cinturão?

- Construir um novo Mercado Municipal e redimensionar feiras livres - Como está este projeto? No ano passado estava-se aguardando a contratação da empresa. Foi contratada?

- Ampliar as escolas já existentes - O que foi feito de ampliação neste ano?

- Adquirir alimentos da área rural para melhorar a merenda escolar - Quanto foi distribuído de alimento neste ano, mesmo com a pandemia?

- Construir rede de abastecimento de água em toda cidade - o que foi feito para construção de rede de abastecimento neste ano?

- Implantar rede de coleta de esgoto em 80% da capital - o que foi feito para essa implantação em 2020?

- Criar um programa de recuperação e revitalização das praças - Quais praças foram revitalizadas

neste ano?

- Implantar um programa de criação, recuperação e revitalização de áreas verdes - O que foi feito pelo município neste ano?

- Criar pontos de ônibus cobertos e com painel digital mostrando a frota - Como está a situação desse projeto? quantos pontos cobertos foram criados neste ano?

- Criar sistema para circulação e escoamento da malha de ônibus - Houve alguma mudança neste ano?

RESPOSTA:

Boa tarde senhor XXXX

Respondemos seus questionamentos do Protocolo 00075000XXXX conforme anexo.

Atenciosamente,

XXXX

[08/12/2020 - XXXX 2055](#)

PERGUNTA:

Desejo dar entrada na Transferência de IPTU E escrituração das inscrições 011115000XXXX E 0111150032XXXX

RESPOSTA:

A área em questão pertence ao Loteamento TAMATUR, que já é registrada em Cartório, portanto impossibilitada de se proceder Transferência de IPTU, assim como nova Escritura, haja vista, que já é escriturado. Outrossim, informamos que as inscrições antigas dos lotes são: Quadra "X", Lote XXXe Quadra "X" lote XX. Para maiores informações mister que compareça pessoalmente a SEMUR

PERGUNTA:

1. Questões sobre o Sistema de Controle Interno:

1.1. A partir de que ano o Sistema de Controle Interno foi implantado na Prefeitura?

1.2. Qual é o órgão responsável pela gestão do Sistema de Controle Interno da Prefeitura?

1.3. A quem o responsável pelo Sistema de Controle Interno da Prefeitura está subordinado hierarquicamente?

1.4. Atualmente, qual a forma de contratação do responsável pelo Controle Interno da Prefeitura (Servidor Efetivo, Comissionado Externo com Remuneração, Comissionado Efetivo com Gratificação, ou Comissionado Efetivo sem Gratificação)?

1.5. Qual a legislação que aprovou a criação e define as atribuições do Sistema de Controle Interno da Prefeitura?

2. Questões sobre o Sistema Contábil:

2.1. Qual é o órgão responsável pela gestão do Sistema Contábil da Prefeitura?

2.2. A quem o responsável pelo Sistema Contábil da Prefeitura está subordinado hierarquicamente?

2.3. Qual a forma de contratação do responsável pelo Sistema Contábil da Prefeitura (Servidor Efetivo, Comissionado Externo com Remuneração, Comissionado Efetivo com Gratificação, Comissionado Efetivo sem Gratificação, Empresa Terceirizada Contratada, ou Funcionário Terceirizado Contratado)?

2.4. O sistema informatizado utilizado para realizar os registros contábeis pertence à Prefeitura ou a uma Empresa Terceirizada Contratada?

3. Questões sobre a Auditoria Interna:

3.1. A Prefeitura possui algum órgão responsável por realizar a Auditoria Interna?

3.2. Se na Prefeitura há um órgão responsável por realizar a Auditoria Interna, qual é esse?

3.3. A quem o responsável pela Auditoria Interna está subordinado hierarquicamente?

3.4. Qual a forma de contratação do responsável pela Auditoria Interna da Prefeitura (Servidor Efetivo, Comissionado Externo com Remuneração, Comissionado Efetivo com Gratificação, Comissionado Efetivo sem Gratificação, Empresa Terceirizada Contratada, ou Funcionário Terceirizado Contratado)?

3.5. A partir de que ano foi criada a Auditoria Interna na Prefeitura?

RESPOSTA:

Prezado, cidadão,

Conforme questionamento realizado no e-SIC foram elaboradas as respostas elencadas abaixo, esperamos que contribuam para seu estudo.

Foram disponibilizados links para consulta de todas as legislações citadas.

Att,

XXXX

Assistente Administrativo

(OBS.: Devido a limitação de caracteres não foi possível inserção de todos os dados no campo

"Resposta", assim, informamos que foram encaminhadas cópia da resposta ao e-mail: XXXX@ufpe.br, como também, encontra-se anexa a esta resposta arquivos em formato .pdf e .odt com todas as informações

14/12/2020 -XXXX2044

PERGUNTA:

Bom dia servidores(as) da SEMUSA, sou advogado da Sra. XXXX, RG: XXX SSP RO, essa pleiteia o benefício de prestação continuada, BPC, na Justiça Federal seção judiciári de Rondônia, Nº do Processo: XXXX-31.2019.4.01.XXXX.
Ocorre que o médico perito que a avaliou, DrXXXX CRM/RO 579, lhe informou que deve se submeter a cirurgia de catarata bilateral.

Parecendo caracterizar uma certa facilidade em conseguir vaga para tal cirurgia por uma pessoa de baixa renda e por tal motivo venho questionar o seguinte: em quanto tempo a sra.XXXX RG: XXXXSSP RO pode conseguir uma vaga para realizar tal cirurgia pelo SUS?

Anexos documentos comprobatórios: procuração assinada digitalmente, documento de identificação da Sra XXXX e laudo médico de perito da Justiça Federal.

RESPOSTA:

Em atenção a manifestação registrada em nosso sistema, disponibilizamos a resposta do setor competente, através do expediente abaixo e em anexo.

Memo. nº XXX2020/SEMUSA
De: Dep. Regulação e Avaliação Controle/SEMUSA
Para: Ouvidoria/SEMUSA.

Agradecemos a sua manifestação como contribuição para o aperfeiçoamento contínuo do Sistema Único de Saúde – SUS e nos colocamos à inteira disposição.

Atenciosamente.
Ouvidoria do SUS – PVH

17/12/2020 – XXXX 2099

PERGUNTA:

Bom dia! Gostaria de saber do Sr. XXXX, Direto Presidente da EMDUR, qual a razão para a não solução da iluminação pública na Rua Jaguarão, no Bairro Cohab Floresta. Em anexo, seguem

apenas alguns dos pedidos formulados por mim, todavia, há vários outros que foram formulados pelo caal center, mas nunca há solução para o caso: os postes desta pequena rua seguem apagados, e toda a população no escuro.

Ontem, 16/12/2020, os dois funcionários da EMDUR que vieram estiveram aqui e, pasmem, ficaram no celular: um dentro do carro, outro fora. Não averiguaram o problema, não dialogaram com qualquer morador, e tampouco solucionaram a questão. Parece haver uma má vontade em atender os moradores desta pequena rua. Qual a razão disso? Será necessário ajuizar uma ação para forçar a EMDUR a fazer algo tão simples tecnicamente? Por gentileza, antes de partir para as vias judiciais, eu e os demais moradores desta rua, gostaríamos de saber, qual a razão desse descaso?

RESPOSTA:

Prezado XXXX em resposta à sua solicitação informamos que no dia 16 de dezembro de 2020 nossas equipes estiveram na Rua Jaguarão, onde realizaram o serviço de manutenção da iluminação pública em frente aos numerais 5597 e 5557.

Ainda, registramos que, em razão dos feriados de fim de ano, as chuvas constantes e a redução de pessoal em decorrência de gozo de férias, estamos com nossa capacidade de atuação reduzida.

Todavia, em razão do seu relato, a solicitação será inserida novamente na programação de atendimento em caráter de urgência.

Pedimos desculpas pelo transtorno.

19/12/2020 - XXXX2033

PERGUNTA:

Sou morador da rua Francisco Manoel da Silva com a Rua Francisco Mignones no Bairro Aponiã, desde meu nascimento. Em 2011 este trecho recebeu a pavimentação asfáltica e drenagem, no entanto, desde essa data não foram feitas as devidas manutenções e hoje em dia o trecho encontra-se com diversas patologias como sarjetas quebradas, bocas de lobo abertas, asfalto degradado, buracos, etc. Tendo em vista que ja fazem praticamente 10 anos, quando será feito os devidos reparos para restabelecer a pavimentação e a drenagem?

RESPOSTA:

Com cordiais cumprimentos, vimos por meio deste, informar que sua solicitação foi incluída em nossa programação de execução.

Atenciosamente,

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E PAVIMENTAÇÃO

Recurso de 1ª Instância

Como já solicitado anteriormente, volot a perguntar.

Quando serão feitos os devidos reparos para restabelecer a pavimentação e a drenagem nas ruas mencionadas?

30/12/2020 – XXXX 2046

PERGUNTA:

Prezados,

agradeço pelo retorno, mas, reitero os meus questionamentos.

Os dispositivos legais mencionados, na resposta via e-Sic, podem ser enviados? Sendo esses: Lei nº 2.110, de 11 de dezembro de 2013, que "dispõe sobre a utilização de programas abertos de informática, pela administração pública municipal de Porto velho, bem como sobre a adoção de formatos abertos de arquivos para a criação, armazenamento e disponibilização digital de documentos no âmbito do Poder Público Municipal e entidades a ele ligadas, e dá outras providências.

Decreto nº 13.682, de 04 de novembro de 2014, que regulamenta a Lei 2.110/2013.

Vale ressaltar ainda que esses questionamentos são baseados no Protocolo nº 00075000179XXXX.

Há um programa de gestão de documentos no município de Porto Velho?

O Arquivo Municipal possui um site próprio?

Há arquivistas na Prefeitura de Porto Velho?

RESPOSTA:

Prezada Bom dia!

Informamos a sua solicitação deverá ser encaminhada para Secretaria Geral de Governo - SGG, pois a Fundação Cultural não dispõe de tais informações.

Recurso de 1ª Instância

Prezados,

agradeço pelo retorno, mas, ao realizar um novo registro, a secretaria informada não é disponibilizada para registrar a solicitação. Dessa forma, solicito que encaminhe, por gentileza, a secretaria informada os seguintes questionamentos:

Os dispositivos legais mencionados, na resposta via e-Sic, podem ser enviados? Sendo esses: Lei nº 2.110, de 11 de dezembro de 2013, que "dispõe sobre a utilização de programas abertos de informática, pela administração pública municipal de Porto velho, bem como sobre a adoção de formatos abertos de arquivos para a criação, armazenamento e disponibilização digital de documentos no âmbito do Poder Público Municipal e entidades a ele ligadas, e dá outras providências.

Decreto nº 13.682, de 04 de novembro de 2014, que regulamenta a Lei 2.110/2013.

Vale ressaltar ainda que esses questionamentos são baseados no Protocolo nº 00075000179202083.

Há um programa de gestão de documentos no município de Porto Velho?

O Arquivo Municipal possui um site próprio?

Há arquivistas na Prefeitura de Porto Velho?

Desde já agradeço e aguardo um retorno.

Atenciosamente,

XXXX

30/12/2020 - XXXX 2091

PERGUNTA:

Boa noite gostaria fazer uma reclamação sobre minha rua que esta impossível de trafegar tanto como pedestres, motos,carros,bicicletas... muita lama muitos buracos a situação está precária então venho aqui pedir que pelo ao menos passe um cascalho nos buracos já nos ajudaria muito. nossa principal avenida que e a Calama bairro planalto e lagoa azul tbm não tem asfalto ta muito dificil de viver em um lugar assim,minha rua e a Humaitá morro no final da rua bairro lagoa azul. ultimamente passaram um cascalho ate a avenida calama depois dela não continuaram. Espero ansiosamente pela resposta. obrigada.

RESPOSTA:

Bom dia senhora:

Sua reclamação é de competência da Ouvidoria. A senhora deve refazer seu pedido através dos seguintes passos: portovelho.ro.gov.br/ouvidoria/criar-manifestacao/solicitacao/criar-conta/orgao/enviar-solicitacao/assunto/urbanismo.

Atenciosamente

XXXX

